DECLARAÇÃO POLÍTICA

Senhor Presidente da Mesa e demais membros,

Senhor Presidente da Junta de Freguesia e demais membros do executivo,

Membros desta Assembleia,

Vilacondenses,

Os Membros Eleitos pela Aliança por Vila do Conde – PSD/CDS-PP tornam pública a seguinte Declaração Política sobre o **Relatório de Atividades da Junta de Freguesia referente ao ano de 2025**.

O documento apresentado pelo Executivo não cumpre os requisitos mínimos de rigor, transparência e responsabilidade pública que devem orientar a governação local. O que nos é entregue não é um verdadeiro Relatório de Atividades, mas sim um texto descritivo, promocional e incapaz de demonstrar resultados, impacto ou eficiência. Esta situação é politicamente inaceitável e institucionalmente preocupante.

1. Falta de avaliação e ausência de indicadores de impacto

O Executivo limita-se a enumerar ações, atendimentos e iniciativas, sem qualquer esforço de avaliação. Não se sabe se os atendimentos resolveram problemas, se os serviços melhoraram, se os cidadãos ficaram satisfeitos. A governação não se mede por slogans, mede-se por resultados — e esses não existem no documento. A título de exemplo, pode ler-se que o Gabinete de Ação Social efetuou mais de 1.000 atendimentos... trata-se de uma formulação imprecisa que levanta dúvidas: 1.001? 10.000? 100.000? Há reatendimentos?

2. Ausência de comparação com anos anteriores

O Relatório impede qualquer análise de evolução ou retrocesso. Sem dados comparativos, não há escrutínio possível. A Junta apresenta números isolados, sem contexto, sem tendência e sem explicação. Isto não é prestação de contas; é opacidade.

3. Apropriação de iniciativas que não são da Junta

O Executivo insiste em apresentar como "atividades da Junta" eventos que pertencem ao Município, às escolas, aos bombeiros, à Capitania ou a entidades desportivas. Esta apropriação política de trabalho alheio distorce a realidade e cria uma perceção enganadora da ação da Junta.

4. Áreas inteiras tratadas de forma superficial

Ambiente, Proteção Animal, Proteção Civil, Acessibilidades e Património são reduzidos a frases genéricas, sem dados, sem indicadores e sem resultados. A superficialidade é tal que impede qualquer avaliação séria da atuação do Executivo.

5. Linguagem promocional sem fundamentação

O Relatório recorre a expressões autoelogiosas, mas não apresenta dados que sustentem essas afirmações. A comunicação institucional não pode ser propaganda; tem de ser factual, verificável e responsável.

6. Secções sem qualquer dado quantitativo

Há áreas onde a Junta afirma ter atuado, mas não apresenta um único número. Fala-se de "acompanhamento", "apoio", "colaboração", mas sem evidência, sem métricas, sem resultados. Isto não é transparência; é ausência de prestação de contas.

7. Falta de transparência financeira

O Relatório não apresenta custos, fontes de financiamento, número de trabalhadores envolvidos, horas de trabalho alocadas ou custo por beneficiário. Sem estes elementos, não existe escrutínio financeiro possível. A opacidade é total.

8. Inconsistências e falta de fundamentação

Em áreas como Emprego e Formação, o Executivo apresenta números sem análise crítica. Em Gestão de Equipamentos, refere contratos sem explicar o seu impacto. A informação é incompleta, insuficiente e politicamente irresponsável.

9. Falta de rigor global

O documento não apresenta indicadores de qualidade, tempos de resposta, reclamações, auditorias ou justificações para falhas. Falha nos princípios básicos de boa governação.

Conclusão Política

O Relatório de Atividades de 2025 não cumpre a sua função essencial: prestar contas aos cidadãos. Falha na transparência, falha na avaliação, falha na

fundamentação e falha na responsabilidade política. A Junta gere o dinheiro público como se estivesse em 1980, ignorando os princípios modernos de eficácia e eficiência.

A Aliança por Vila do Conde – PSD/CDS-PP reafirma o seu compromisso com uma governação rigorosa, transparente e orientada para resultados. Por isso, denunciamos publicamente estas falhas e reafirmamos a necessidade urgente de elevar os padrões de prestação de contas na Freguesia de Vila do Conde.

Vila do Conde, 29 de abril de 2026

Os membros eleitos pela Aliança por Vila do Conde PSD/CDS-PP